CEDI
Povos Indígenas no Brasil
Fonte: A Tribuna (Santos) Class.: 1636
Data: 06.10.83 Pg.:

Índios querem a demarcação de terras

Os índios guaranis que vivem em Itariri foram há poucos dias ao Secretário da Justiça pedir a demarcação de sua reserva de 809 hectares na Serra do Itatins, em Itariri. A aldeia do Araribá está novamente sob ameaça. Há cerca de um mês vários invasores, entre eles, filhos de políticos de Itariri, comerciantes e posseiros profissionais, estão abrindo posses em áreas que os índios consideram suas. Com apoio de um casal do Cimi — Conselho Indigenista Missionário, órgão ligado à CNBB, os guaranis — ao todo sete famílias — obtiveram do secretário da Justiça a promessa da demarcação da área, devendo chegar essa semana à aldeia um agrimensor da PPI. Talvez se realize um velho sonho do "capitão" Antônio Branco, o chefe de Araribá que, aos 82 anos, conta histórias incríveis sobre sua luta para permanecer na terra.

ITARIRI — O *Capitão* Antônio Branco, aos 82 anos, apesar da memória privilegiada, certamente já perdeu a conta das dezenas de vezes em que, entre 1930 e 1970, viajou ao Rio de Janeiro e São Paulo à procura de órgãos que ele qualifica de "protetores dos índios". Viagens quase sempre infrutíferas. Branco falou até com presidentes e com ministros. Passou noites ao relento em estações de trem, esperando o dia amanhecer para fazer suas queixas ao antigo Serviço de Proteção ao Índio — SPI — que foi exinto pela revolução.

O Antônio Branco, que chefia a Aldeia de Araribá, no Município de Itariri, e que desde os 14 anos vem sofrendo contínuas expulsões da terra onde o povo guarani se estabeleceu em 1924, foi mais uma vez, neste mês, pedir ao Governo que assegure ao índio o direito de manter sua terra e poder caçar com toda a liberdade o apeky (tatu) o xiy (quati) e o guasú (veado).

O encontro com o secretário da Justiça, José Carlos Dias e com o procurador da PPI, José Milton Garcia, ocorreu mês passado e a principal reivindicação dos representantes das aldeias de Itariri, de Ubatuba e da aldeia de Rio Branco, em Peruíbe, foi a regularização da situação jurídica das terras que ocupam há vários anos. E, desta vez, esse índio, que passou por inúmeros sofrimentos, sempre que era obrigado a sair de seu pedaço de terra, parece acreditar que o Governo vai finalmente fazer a demarcação de 809,2 hectares a eles destinados em 1963, pelo decreto nº 41.538. Pelo menos essa foi a promessa do secretário da Justiça, que considerou a reunião com os índios com o um marco na medida em que assinalava uma nova política de Governo.

José Carlos Dias afirmou que a preocupação do Governo em garantir o direito dos índios tinha o mesmo peso do projeto agrário em todo Estado. "Até por uma questão histórica, de direito, nós temos que reconhecer o direito dos índios".

Nesse momento, os índios guaranis de Itariri demonstram fé na *Nhanhoboavy'a*, (Justiça) como expressa o "capitão"Antônio Branco, carinhosamente chamado de *Xe Ramói* pelos índios de Araribá. Mas esse "avô" já viu morrer em seus braços, quando ainda era um índio moço, um filho de três anos, ao ser expulso de seu casebre pelo coronel Milton Fraga, que nas décadas de 30 e 40 era o todo poderoso inspetor do serviço de Imigração e Colonização, órgão da Secretaria de Agricultura, que fez o loteamento de terras em Itariri.

Xe Ramói, também assistiu, inconformado, por volta de 1940, a invasão de mais de 50 famílias em suas terras, quando um latifundiário, expulsou centenas de posseiros da área à altura do km 77, em Peruíbe. Nessa época, lembra Antônio Branco, o fazendeiro Manoel Bernardo, que tirava madeira da serra de Itatins para produção de carvão, havia colocado dezenas de homens na área dos guaranis. E sem piedade, passava sua tropa pelas plantações de mandioca dos índios. "Eles abriam as picadas nos mandiocais", conta Branco que na ocasião ainda não era o "capitão" da aldeia (título que o SPI outorgava aos caciques).

"Quando o "capitão" Sílvio Rufino — ainda temos aqui pé de limão plantado por ele — viu que a área dos índios tinha mais de 40 famílias de invasores, resolveu largar tudo e ir para São Vicente. E me pediu para que continuasse a combater esse pessoal invasor", conta Antônio Branco dentro de sua casinha de madeira, erguida em Araribá, a quase dois quilômetros acima do início da serra do Itatins. Branco, na verdade, teve que mudar sua morada cada vez mais para o alto da serra, toda vez que recebia ordem de despejo do serviço de colonização.

Em 1963, pelo decreto 41.538, os índios de Itariri obtiveram do Governo do Estado, 809,2 hectares na área do Araribá, mas o Poder Público falhou em nunca demarcar as terras, e não incluir na reserva indígena uma área por eles ocupada, justamente onde haviam casas e até mesmo o cemitério da aldeia.

Mas a posse dos índios desse local está bem caracterizada. Inclusive o antigo SPI construiu no local, no pé da serra, duas casas, uma que servia de sede ao órgão e outra para abrigar uma escola. O SPI funcionou até 67 quando a Revolução criou a Funai. E, nessa época, o capitão Branco, que conta histórias incríveis de suas idas ao SPI para poder manter seu povo em Araribá, teve que enfrentar uma nova luta. Desta vez contra o ex-funcionário da SPI que trabalhava junto aos índios em Araribá. Elias Dias, inconformado por não ter recebido salários durante três anos do Governo, resolveu considerar como sua a posse onde estavam erguidas as construções.

Branco conseguiu que Elias abandonasse a área, depois de muitas viagens ao Rio de Janeiro, quando o então delegado de polícia de Itariri, recebeu ordens superiores para tirar o ex-funcionário do local. Mas Elias Dias acabou formando posse nas proximidades, e hoje são parentes dele, e também funcionários municipais, além de pessoas ligadas a políticos de Itariri, que começam a abrir novas posses na área dos índios.

O casal do Conselho Indigenista Missionário — Cimi — que vem desde 1979 dando assistência aos índios da aldeia de Araribá já fotografou algumas árvores onde os invasores, identificados como Martim Vicente Dias, um tal de Muniz, conhecido também como *Charuto*, dois filhos do vereador do PDS, José Pedro da Silva e também Elias Dias, fizeram marcas identificando suas posses. Há comentários também, confirmados pelos políticos do PMDB de Itariri, que o filho do prefeito João Rocha estaria abrindo posses no local.

É por isso que os índios de Itariri estão empenhados na regularização da situação jurídica das terras que ocupam e que estão fora da reserva de 809 hectares. Eles também querem a demarcação urgente desses 809 hectares porque estão temerosos de que a invasão da área se acentue.

O casal Alberto Capucci Filho e Jussara Capucci, que visitam frequentemente a aldeia, informavam aos índios, que a PPI, através de seu escritório em Santos, deveria mandar nessa semana um agrimenssor para iniciar a colocação de marcos na reserva. A expectativa do Cimi é de que a situação dos índios seja realmente definida, já que o atual procurador da PPI, José Milton Garcia, desde 1979, vem dando boa receptividade às reivindicações do Conselho Indigenista. Segundo Alberto Capucci, houve atenção do Instituto de Assuntos Fundiários — IAF —, órgão da Secretaria da Agricultura. "Agora sentimo-nos à vontade para alimentar esperanças de um maior acolhimento da causa indígena junto ao Governo do Estado", expõe Alberto, embora revele que os índios também estão atentos.

"Se os posseiros continuarem a invadir essa área de titulação indefinida, os índios vão começar a espalhar armadilhas. E é provável que, em breve, algum branco apareça pendurado pelo pé". Além desses novos invasores, os guaranis também querem começar a expulsar as dezenas de caçadores que estão dizimando os animais. "Hoje, conta Fernando, filho do velho Antônio Branco — existe bem menos caça. No entanto, Fernando diz que os índios são pacíficos e não se opõem nem com os caçadores e nem com os invasores.

"Nós vamos esperar a demarcação de nossa terra pelo Governo do Estado. Não queremos briga". E é também com esperança que o velho Antônio Branco quer terminar sua história nas terras do Araribá. Dentro de seu casebre, construído com pedaços de madeira e cobertos de folhas de guarikana, tudo na maior absoluta limpeza e ordem, o velho chefe indígena demonstra seu apego a pouquíssimas coisas materiais. Existe ali o tacho onde cozinha a farinha da mandioca, doado por um velho amigo dos índios de nome Vítor, do antigo SPI. Há também um caldeirão grande de ferro para cozinhar a caça.

A máquina de moer mandioca hoje está parada. Há um ano o velho Branco não a usa mais, desde que sua companheira Angelina, a velha índia Xe'ia morreu. Branco, hoje, reduziu bastante seu plantio. Uns 40 pés de café, e o feijão "plantado sempre na lua minguante de janeiro, para pegar força na lua de fevereiro, ou então plantado na minguante de fevereiro para pegar força na lua de março". A mandioca é plantada em setembro, junto com a batata e o milho.

Branco hoje diz que sozinho não se interessa em plantar mais nada e subsiste com o "salário do banco", que é a aposentadoria do Funrural. Mas quer ver seus filhos fixados nessa *Yvy* (terra), tendo direito a "nhande neko" (vida) e ao "K'aagy owy (verde) das matas do Itatins. Branco não quer ver mais os *Ivai* (meninos) e *cunhal* (meninas) morrendo pelos caminhos, tal como ocorreu na década de 30, quando um índio vindo do Paraná — uma espécie de mistificador — "trazendo com ele uma criança sem pai", prometeu levar seu povo para a Terra Santa, no Porto Seguro. Muitas famílias da Aldeia do Araribá que haviam chegado após 1924, foram atrás das promessas desse guarani e passaram a percorrer sem rumo terras do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. "E muitos *ivais* e *cunhals* morreram", diz, tristonho, Antônio Branco.

O velho capitão também quer que as terras do Araribá sejam demarcadas para que seus filhos não venham a sofrer o que ele passou. Como no dia em que, expulso de seu casebre, nas terras onde hoje há o sítio da viúva Rosa Miasyiro, ele viu seu pequeno Pindoju (palmeira amarela), de três anos, morrer em seus braços, na chuva, antes mesmo de chegar à Vila de Itariri.